

DRd | Desenvolvimento Regional em debate

Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

A COLÔNIA EM CRISE: A QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE, DA AGRICULTURA E DA SUCESSÃO FAMILIAR EM DEBATE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (1926-1960)

Douglas Orestes Franzen¹

RESUMO

O texto busca fazer uma análise histórica do desenvolvimento ocorrido no município de Itapiranga, desde a sua fundação como colônia Porto Novo no ano de 1926 até os debates locais ocorridos em decorrência do processo de emancipação do município no ano de 1954. A abordagem detecta um processo de crise da colonização nos aspectos do meio ambiente, da agricultura e da sucessão familiar e de que forma a sociedade regional construiu um discurso de progresso e desenvolvimento a partir dessa conjuntura.

Palavras-chave: Colonização. Crise conjuntural. Desenvolvimento local.

THE COLONY PORTO NOVO IN CRISIS: THE QUESTION OF THE ENVIRONMENT, AGRICULTURE AND FAMILY SUCCESSION IN DEBATE ON THE MUNICIPALITY OF ITAPIRANGA (1926-1960)

ABSTRACT

The text seeks to make a historical analysis of the development occurred in the municipality of Itapiranga, since its founding as a colony Porto Novo in 1926 to the local debates occurred as a result of the emancipation process of the municipality in 1954. The approach detects a crisis process of colonization in the aspects of the environment, agriculture and family succession and how the regional society constructed a discourse of progress and development from that environment.

Key-words: Colonization. Conjunctural crisis. Local development.

INTRODUÇÃO

As colonizações alemãs implantadas no Sul do Brasil nos séculos XIX e início do XX, e não fogem da regra as demais, obedeceram costumeiramente a um ciclo comum. Inicialmente veio o processo de fundação da colonização com a abertura de linhas coloniais, instalação de famílias de colonos, derrubada da mata nativa e início das atividades

¹Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Professor da FAI Faculdades e Servidor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga. Santa Catarina. Brasil. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

econômicas, com destaque, no nosso caso, para a agricultura. Em seguida veio um período de prosperidade produtiva, o que era natural devido à fertilidade do solo e expansão das áreas produzidas.

Como consequência, destacamos um período de crise do sistema produtivo colonial sustentado principalmente pelos limites das fronteiras agrícolas da colônia, das técnicas produtivas predatórias e deficientemente renováveis, da devastação dos recursos naturais, das dificuldades de comercialização do excedente de produção bem como da crise no sistema de sucessão familiar dos colonos na atividade agrícola. As consequências dessa etapa, geralmente foram a migração do excedente de mão de obra e a urgência de mudança nas técnicas produtivas frente à necessidade de adequação diante da crise da colônia.

Não foi diferente com a colonização Porto Novo que será nosso espaço de discussão nesse artigo. Os aspectos que abordaremos são primeiramente a questão da crise do sistema colonial tradicional, através do limite das fronteiras agrícolas, o esgotamento do solo e o consequente problema da sucessão familiar na agricultura. Acreditamos na hipótese de que a crise conjuntural da colônia Porto Nova forçou a sociedade regional a construir novos padrões sociais, novas identidades e buscar alternativas de sobrevivência frente ao modelo agrícola e social em decadência.

O objetivo do texto é de oferecer uma compreensão sobre a forma em que o sistema colonial implantado na colonização Porto Novo entrou em crise a partir da década de 1950. Nesse sentido, buscaremos contextualizar como o colono e sua família concebia a propriedade, o trabalho com a terra, e os diversos fatores relacionados a essa conjuntura. O intuito é destacar que a crise desse sistema colonial tradicional.

Foram nos momentos de crise que as sociedades construíram novos padrões de vida, novas relações de trabalho, novas formas de conceber a sua existência. Assim, os colonos, alguns com maior, outros com menor intensidade, tiveram que rever seus valores morais, seus padrões religiosos, a forma como concebiam o trabalho na terra, e as suas perspectivas de futuro. Podemos afirmar que, nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade local repensou seus padrões de vida. A crise não nos remete a um fim, mas sim, a uma transformação, uma construção de uma nova realidade, uma readaptação ao meio.

Entendemos que a busca por uma nova condição de vida por parte do colono e de sua família foi um fator determinante para a formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, pois esse empreendimento trouxe novas perspectivas de sociedade, que não são nosso foco de estudo.

Temos a compreensão de que foi num momento de crise do sistema colonial que gerou essa perspectiva empreendedora na região, tendo sido ela espontânea ou até mesmo condicionada. O objetivo é justamente colaborar na compreensão dessa concepção de crise do sistema colonial tradicional.

Na história, as crises não ocorrem de forma isolada, não são simplesmente um fato, um momento. As crises são resultados de um processo, de uma conjuntura histórica, de uma caminhada da sociedade, que através de suas ações, ou até mesmo através de sua inércia, geraram um acontecimento, uma consequência histórica.

A pesquisa tem como característica o método qualitativo por valorizar as experiências de vida dos sujeitos históricos. A abordagem busca através de a história oral contextualizar as experiências dos personagens, através de depoimentos orais coletados pelo autor, bem como de outros pesquisadores. Os depoimentos de história oral foram coletados com colonos que vivenciaram o período, em pesquisas realizadas pelo autor no período de 2006 a 2013, sendo resultado de diversas pesquisas realizadas em diferentes momentos para diversos projetos realizados pelo autor e também de pesquisa de outros pesquisadores, conforme informado nas referências. Optamos por não identificar os nomes dos personagens que contribuíram com depoimentos orais. A seleção dos depoimentos obedeceu à regra da clareza e importância dos mesmos para a contribuição do debate deste texto. Da mesma forma, faz-se uso de uma bibliografia que se torna importante no intuito de efetuar-se uma correlação entre fatos e tempos históricos.

Inicialmente faz-se uma análise da formação histórica da colonização Porto Novo, que já no ano de 1928 foi denominada de Itapiranga. Em seguida a discussão gira em torno do que concebemos no debate como agricultura tradicional, como sendo as características do modelo agrícola praticado entre as décadas de 1920 e 1950. Dando sequência o texto discute cada um dos três aspectos caracterizantes do momento de crise colonial, a destacar: os limites das fronteiras agrícolas, o meio ambiente afetado e a sucessão familiar colonial.

Para finalizar, o texto aborda as alternativas implantadas na colônia visando as mudanças conjunturais afetadas pelo processo de crise, com destaque para a atuação dos padres jesuítas e da imprensa na produção de um discurso modernizador da agricultura, do melhoramento genético da criação de suínos.

A COLONIZAÇÃO PORTO NOVO

O projeto de colonização Porto Novo, foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome dado atualmente ao município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A *Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul*, não era necessariamente uma empresa de colonização. Tratava-se de uma entidade associativa fundada para dar assistência a população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados.

A característica do empreendimento colonizador Porto Novo possuía a peculiaridade de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica, sendo, portanto, uma colonização étnica e confessional. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições

de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

Inicialmente, a ideia da Sociedade União Popular era a de fundar uma colônia com essas características em solo gaúcho, mas tal empreendimento não foi visto com bons olhos pelo governo do Rio Grande do Sul, além do valor das terras serem muito altos. Nesse sentido, buscou-se a compra de terras em Santa Catarina, pois era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço.

Sobre a decisão em relação a Colonização de Porto Novo, lemos o seguinte nos Anais da Reunião de Católicos de Porto Novo de 1934:

O projeto de uma povoação exclusiva para pessoas católicas de origem alemã, segundo o modelo da antiga colônia de Serro Azul, [...] não era novo para a Volksverein. [...] A Volksverein não via com bons olhos o fato de jovens agricultores gaúchos de origem alemã serem convencidos através de propaganda, a integrarem projetos de colonização que misturavam origem étnico-cultural ou confissão religiosa. A preocupação não estava baseada em intolerância racial ou religiosa. Única e exclusivamente a preocupação era com o bem estar espiritual e físico dos povoadores que migravam. Comunidade religiosa, escola, agremiações, mesmo associações com objetivos puramente de lazer, somente são possíveis de ser formadas e mantidas em um grupo com unidade cultural e religiosa. Mesmo que o colonizador, vivendo em meio a um grupo bem diverso, pudesse ter colheitas ricas, significaria sufocar no materialismo, basear suas decisões apenas no objetivo de alcançar ótimas colheitas. Este materialismo traria consequências devastadoras para as futuras gerações. [...] Por isso, a Sociedade União Popular dedicou especial atenção ao processo de formação de novas áreas de colonização (apud ROHDE, 2011, p. 24).

A colonização Porto Novo foi organizado da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Foram organizados também centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, onde em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A economia girava basicamente em torno da agricultura familiar, sendo que os produtos de maior valor de comercialização eram o fumo e a banha. Grande parte da produção agrícola era utilizada para a subsistência da família e da propriedade

ASPECTOS DA AGRICULTURA TRADICIONAL

Há na atividade do campesinato reciprocidades e lógicas que caracterizam a atividade no dia a dia. Diversos autores trabalham essas reciprocidades como elementos essenciais para entender a subjetividade do trabalhador do campo e sua relação com o meio. Nesse sentido, o tripé “Deus, Homem e Terra” é utilizado no artigo de Ellen Woortmann (2009), e representa, conforme a autora, “numa relação de reciprocidade entre os três pólos (*sic*) daquele triângulo”. Poderíamos também utilizar do tripé “Terra, Trabalho e Família”, proposto no estudo de Tedesco (1998) nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.

Essa reciprocidade entre as esferas fica mais evidente na prática da agricultura tradicional, ou seja, aquela atividade desprovida totalmente, ou em parte, de agentes externos e artificiais, como agentes químicos e máquinas. Conforme Woortmann (2009), o trabalho do

colono denota respeito com a terra, com aquilo que ela pode oferecer, em especial os alimentos que ela é capaz de produzir. Em contrapartida, o trabalho da terra é receber a semente, fazer nascer e crescer a planta. O trabalho de Deus é o de oferecer chuvas e um clima adequado, não castigando a Terra e o trabalho do Homem.

Tem-se, portanto, como que uma ‘humanização’ da natureza, uma concepção ‘etno-ecológica holista’. O homem deve saber que a terra “precisa ser bem tratada”, do que resulta uma forma de reciprocidade positiva. Mas, se o homem desgastar a terra, não a deixando “descansar quando ela precisa” ou não der ‘a vitamina que ela necessita’, ela se tornará estéril; ela ‘se vingará’ não o provendo de alimentos e, por conseguinte, deixando sua família em situação de ‘precisão’ (WOORTMANN, 2009, p. 120).

Essa concepção de reciprocidade é fundamental para a concepção de como se estrutura uma propriedade na agricultura tradicional. A propriedade precisa funcionar em certa harmonia, pois um elemento depende necessariamente do outro. Quando algum componente falhar, ou não desempenhar adequadamente sua função, fato que Woortmann (2009) denominou de consorciamento, quebra-se um ciclo do modelo produtivo da propriedade.

Assim, quando as chuvas não são regulares, as plantas não se desenvolvem adequadamente, e, conseqüentemente, a colheita não é boa. Nesse sentido, é afetado um ciclo, pois é afetada a alimentação da família e dos animais da propriedade. Como consequência da má colheita, é afetado também o excedente para a comercialização, o que configura pouca renda à família do colono, e conseqüentemente, a sua autoestima perante a família e a sociedade, pois ele não possui potencial de investimento e compra de utilidades para a propriedade, como roupas, alimentos e utensílios.

Na concepção de Chayanov, o produto resultante do trabalho do colono num ano ou numa colheita é determinante para a sua satisfação perante a atividade. Conforme o autor,

o grau de auto exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, e em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido (CHAYANOV, 1981, p. 138).

O esforço despendido por cada elemento do grupo familiar durante um ano de trabalho é medido no final da colheita, através do resultado que foi obtido. Então, quando a colheita é boa, a satisfação do colono é medida pela intensidade e penosidade com que ele trabalhou na lavoura. Contrariamente, quando o resultado da colheita não é bom, há a sensação de castigo divino, ou a concepção de que não houve integral dedicação no trabalho efetuado. A noção de castigo de Deus afeta o tripé que foi anteriormente discutido nas ideias de Woortmann (2009), ou seja, quando Deus manda algum castigo, através de uma seca ou de alguma peste que afetou a colheita.

Contrariamente, a intervenção divina também é vista pelo colono como a salvação de um momento de dificuldade na colheita. Como exemplo na colonização Porto Novo, temos o ano de 1933, quando a região sofreu com um inverno rigoroso, uma seca prolongada e ainda com o ataque de gafanhotos que danificaram as plantações. Quanto a esse ano, Maria Rohde escreve em suas memórias uma espécie de agradecimento a Deus por ter auxiliado os colonos na salvação da colheita daquele ano:

Na época que fomos atacados pelos gafanhotos, iniciou-se também, um período de seca prolongada, mas que agora prometia acabar com a benção molhada que vinha do céu. Isso permitiu que os agricultores voltassem suas esperanças de ganho para uma nova semeadura. E mais uma vez se evidenciou: “onde a necessidade é maior, Deus está mais próximo.” Sempre de novo era assim, nas épocas de maior desânimo. Essa segunda colheita foi magnífica, apesar da geada, seca, gafanhotos e outras praga (ROHDE, 2011, p. 187).

Na concepção de Jungblut (2000), podemos caracterizar em traços gerais a agricultura tradicional praticada pelos colonos. Conforme o autor, as terras eram naturalmente férteis, o que inicialmente gerou boas colheitas. O colono trabalhava com instrumentos que exigiam muito esforço físico, como enxada, foice, arado de tração animal, máquina manual de plantar cereais, carroça, geralmente possuía uma junta de bois e um cavalo. Plantava-se milho comum com semente não controlada, e os alimentos que eram comumente utilizados para a alimentação da família e dos animais. De valor comercial significativo, somente o fumo e a banha.

O ESGOTAMENTO DO SOLO E OS LIMITES DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Apesar das dificuldades iniciais, os moradores de Itapiranga conseguiram criar um ambiente de trabalho e de produção que gerou certo grau de prosperidade na colônia. Com a abertura de terras para a produção e as sucessivas colheitas, os colonos puderam produzir excedentes que pudessem ser comercializados. Além disso, começaram a se desenvolver pequenos núcleos urbanos com o desenvolvimento da sede do município, gerando outras atividades econômicas que trouxeram maior dinâmica para a economia de Itapiranga.

Após 25 anos de colonização, já haviam se desenvolvido pequenos núcleos urbanos e a criação de atividades comerciais e modestas indústrias. Houve a abertura de estradas, a criação de linhas regulares de transporte de passageiros. A população disponibilizava de escolas de educação básica e uma assistência hospitalar, mesmo que distante dos lotes coloniais. Os colonos comercializavam produtos de valor nas casas comerciais o que gerava dividendos. Grande área de mata havia se transformado em lavouras e havia em funcionamento uma cooperativa de crédito e outra de produção.

Para compreendermos o processo de crise do sistema colonial tradicional, temos de primeiramente entender qual era a concepção de desenvolvimento presente nos colonizadores. De maneira geral, podemos afirmar que a necessidade inicial era derrubar a mata densa para iniciar a atividade agrícola. Nesse sentido, a floresta era vista como um empecilho para o desenvolvimento da região, fato estudado por Rambo. Conforme o autor,

Por isso dizem os colonizadores que nada foi derrubado desnecessariamente, uma vez que ‘não tinha como plantar no meio do mato’. A terra, como era o esperado pelos imigrantes, dizem ter sido muito boa, ao ponto de acreditarem não existir ‘outra mais fértil’ e que não eram necessários quaisquer defensivos agrícolas. Plantava-se, limpava-se e colhia-se. ‘Era tudo feito pela natureza’ dizem alguns. O desmatar e o queimar é inerente ao ciclo abordado, tido como necessidade (RAMBO, 2007, p. 139).

A mata fechada era um problema para o colono pelo fato de representar certo grau de perigo pelo isolamento de sua propriedade e pela presença de animais selvagens e insetos. Da

mesma forma, a derrubada da mata era vista como um fator de sucesso do empreendimento colonizador pelas lideranças, pois aos olhos deles e de futuros compradores de lotes de terra, o desenvolvimento da região era medido pelas lavouras exuberantes e pelo caráter civilizatório do meio, já que em meio a floresta densa, proliferava-se a visão de selvageria e isolamento. A derrubada da mata criava certo imaginário civilizatório aos olhos das lideranças locais.

Em relatório publicado pela direção da colonização de Itapiranga na Revista *Skt Paulusblatt* no final da década de 1940, temos uma compreensão dessa necessidade de o colonizador vencer a mata virgem:

Seríamos injustos, se aqui não fizéssemos uma menção especial aos homens, dedicados e ansiosos em progredir, pois certamente lhes devemos, e ao seu trabalho, que Porto Novo se tornasse o que é hoje, uma colonização modelar, com um futuro promissor. Ali onde 1.412 pioneiros corajosos aceitaram enfrentar a luta contra a mata virgem, ela será derrotada, em breve. Ali, onde há pouco ainda dominavam os gigantes da floresta, levantando seus galhos aos céus, hoje o milho dura na lavoura, o fumo espalha suas folhas largas, ou o agricultor queima sua roça nova. A estes corajosos colonizadores expressamos nossa gratidão (REVISTA SKT. PAULUSBLATT, apud ROHDE, 2011, p. 154).

É preciso entender que não havia entre os colonizadores, a consciência ambiental como se conhece na atualidade. A derrubada da mata, e como demonstra o depoimento acima, “a luta contra a mata virgem”, era uma necessidade de sobrevivência do colono e do próprio empreendimento de colonização.

No trabalho de doutoramento de Eidt (2009), podemos compreender como funcionava a relação do colono com o meio ambiente, quando afirma que,

No mês de Agosto, as famílias estavam envolvidas com a derrubada de matas. O desmatamento tomava conta de áreas cada vez maiores; mesmo nos locais mais íngremes e inacessíveis, a destruição já era iminente. A pressão demográfica da segunda geração de migrantes, frutos incontestáveis da atmosfera religiosa, acelerava e impulsionava a ocupação de mais espaços. As reservas de terra por cultivar, extremamente férteis, paulatinamente foram sendo incorporadas em substituição de outras estéreis, em função da ação do tempo. A abertura de novas estradas, ligadas a outros espaços de consumo, acelerou as relações de mercado, desencadeando a produção de um excedente cada vez maior (EIDT, 2009, p. 189).

O método mais utilizado pelos colonos para vencer a mata virgem e os capoeirões era a queimada. Esse método, de maneira geral, também era utilizado pelo caboclo usando-o em meio à floresta para preparar pequenas áreas de cultivo. Em referência ao estudo de Roche (1969), podemos afirmar que a queimada era um método já praticado nas colônias mais antigas do Rio Grande do Sul, gerando na opinião do autor, o esgotamento do solo para o cultivo. “O esgotamento do solo é o pesadelo de todas as colônias, foi a conservação da técnica da queimada que empobreceu, de um lado, a coletividade calcinando as terras e de outro o próprio colono, reduzindo o rendimento progressivamente, inexoravelmente.” (ROCHE, 1969, p. 295)

Nesse sentido, temos o exemplo do cultivo de milho nas propriedades da região. A cultura do milho no período da agricultura tradicional da colonização esteve voltada principalmente para a alimentação dos animais e do grupo familiar. Os colonos plantavam o milho comum, amarelo e branco, de baixa qualidade para a alimentação para os seres humanos. As sementes eram selecionadas pelo próprio colono, sendo feitas trocas de

sementes entre vizinhos. A produtividade era muito pequena por hectare plantado, girando em torno de 27 sacas por hectare na década de 1960. O plantio era feito de forma rudimentar, e a capina era o método utilizado para conservar a plantação das ervas daninhas. A colheita era feita de forma braçal, envolvendo praticamente todos os membros da família, e a estocagem era feita em paióis, expostos a ratos e pragas diversas. Era uma atividade que despendia muito trabalho e pouco retorno financeiro.

Conforme Jungblut (2000), na década de 1960 colhia-se uma média de 27 sacas de milho por hectare, na década de 1970 colhia-se 40 sacas/ha, na década de 1980 a média era de 47 sacas/ha e na década de 1990 colhia-se 70 sacas/ha. Segundo o autor, essa evolução ocorreu através da modernização da agricultura, com a implantação de melhores sementes e tecnologias de cultivo, estimuladas principalmente pela expansão do mercado consumidor de milho.

A prática da agricultura em Itapiranga na década de 1950 encontrava-se num estágio bastante tradicional, para não dizer rudimentar. Conforme Jungblut,

O agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava a rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha a roça (JUNGBLUT, 2000, p. 471).

Retomando o estudo de Roche, como referencial analítico das condições econômicas vivenciadas pelos alemães nas colônias do Sul do Brasil, percebemos que a crise do sistema produtivo vigente nos primeiros anos de colonização gerou a queda na produção e a diminuição dos rendimentos do produto, gerando também um excedente de mão de obra na própria propriedade. Não foi, portanto, porque agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. “Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente” (ROCHE, 1969, p. 319).

Na opinião de Neumann (2009), a questão da prática da agricultura tradicional pelos colonos alemães de forma extensiva na colonização da região de Panambi no Rio Grande do Sul era incompatível com a dimensão de sua propriedade. Muitos dos colonos que migraram dessa região do estado sulino adquiriram um lote de terra na colonização Porto Novo. Conforme a autora,

Um dos problemas fundamentais relacionados ao modelo de colonização adotado no estado era a incompatibilidade entre a área de um lote colonial e as técnicas de produção adotadas, esgotando o solo na primeira geração. [...] Nessas circunstâncias, um agricultor no Brasil deveria receber entre 70 e 100 hectares, no mínimo. Os lotes exíguos eram insuficientes para a reprodução do campesinato ali formado já a partir da segunda geração. Dada essa impossibilidade, o colono obrigava-se a migrar em busca de uma nova área de terras, recomeçando todo o ciclo econômico novamente (NEUMANN, 2009, p. 563).

Conforme Klaas Woortmann,

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMANN, 2009, p. 217).

A situação de crise do sistema produtivo colonial, em que o colono encontrava-se praticando uma agricultura insustentável, gerou grande preocupação nas lideranças regionais, porque o futuro da região estava em jogo. Caso o agricultor continuasse persistindo nessas técnicas predatórias de produção, o fracasso econômico da região seria eminente. Era preciso urgentemente implantar técnicas modernas de produção, gerando maiores rendimentos sob as mesmas condições fundiárias, já que a fronteira agrícola encontrava-se em seu limite.

Na década de 1950, a urbanização de Itapiranga já havia se desenvolvido consideravelmente, gerando uma população que estava disposta a dar um novo ritmo para o desenvolvimento da região. Sabemos que a agricultura é o alicerce dos centros urbanos para a produção de alimentos e produtos para a comercialização. E é justamente essa classe social urbana, preocupada com a crise produtiva regional, que será a impulsionadora da modernização da economia regional, sustentada no desejo dos agricultores em gerar novas perspectivas em meio a agricultura decadente, e, da mesma forma, sustentados pelos padres jesuítas ávidos em garantir o sucesso da colonização, buscando garantir o futuro das gerações vindouras sob os alicerces do catolicismo.

A SUCESSÃO FAMILIAR EM XEQUE

O solo encontrava-se esgotado depois de três décadas de cultivo em que a própria fertilidade natural acabou se esgotando. Para assegurar a continuidade da prática agrícola, foi necessário investir em produtos químicos e técnicas de preservação que passaram a ser implantadas na região a partir da década de 1970. Aliado a isso, o limite da fronteira agrícola representava uma ameaça para a continuidade da atividade agrícola, principalmente na ótica da necessidade de garantir sustento aos numerosos filhos dos colonizadores, que atingindo a maturidade desejavam exercer uma atividade profissional e gerar renda.

Aliada à crise da fronteira agrícola e do solo, surgiu na região a deficiência no sistema da sucessão familiar. Depois de três décadas de colonização, quando se formaram famílias numerosas, a sociedade começou a se preocupar com a ocupação profissional dos filhos. Seria possível a agricultura absorver esse excesso de mão de obra entrando na maturidade e ávida por gerar renda? Essa passou a ser uma grande preocupação das famílias na década de 1950 e 1960, pois estava evidente de que não haveria terras para todos os filhos dedicarem-se à agricultura. Os pioneiros encontravam-se então debatidos sob a necessidade de garantir o futuro das gerações vindouras, e acima de tudo, garantir a preservação dos valores sociais idealizados na colonização de Porto Novo.

Maria Rohde, pioneira e esposa de Carlos Rohde, um dos administradores do empreendimento de colonização de Itapiranga, via na década de 1950 a necessidade da *Volksverein* em promover o desenvolvimento da região para a manutenção dos valores culturais católicos e germânicos:

O fundo dourado para o grande êxito do empreendimento está na questão da ideia central que o norteava: origem étnico-cultural e religiosa unitária dos colonizadores. Essa era a raiz de sua força. Queira Deus que ela continue crescendo e produzindo brotos que frutifiquem, e caso nos próximos decênios, para as próximas gerações, se torne necessário abrir os portões de novas áreas de mata nativa, quando os filhos procurarem por novas áreas de terra, que seja a Sociedade União Popular Católica que se disponha a abri-los. Quase nos quer parecer uma tarefa sagrada prosseguir com ela para o bem das gerações futuras (ROHDE, 2011, p. 312).

O discurso de Maria Rohde previa já na década de 1950 a necessidade da *Volksverein*, denominada por ela de Sociedade União Popular, em abrir novas áreas de terras em meio à mata nativa, para assegurar o pleno futuro das gerações vindouras, dos filhos dos pioneiros de Itapiranga. Aos olhos da atualidade, esse discurso apesar de carregado de ufanismo, nos demonstra que havia uma preocupação com o futuro da região, e que havia a necessidade de se buscar novas fronteiras agrícolas para as novas gerações.

Certamente, no futuro, em seu meio surgirão homens e mulheres capazes de conduzir a obra, como os houve no passado. Então continuará havendo agricultores de origem alemã entre os melhores cidadãos de sua pátria, a força herdada pelo sangue e pelo coração, continuarão arroteando matas, cheios de alegre disposição ao trabalho (ROHDE, 2011, p. 312).

Percebemos nesse discurso o desejo da continuidade do empreendimento colonizador sustentado sob os preceitos do catolicismo e da etnicidade alemã. Mas como a região iria achar alternativas para o futuro da colonização obedecendo à regra da não miscigenação cultural? Que alternativa econômica oferecer para as gerações futuras? Como lidar com os bloqueios fundiários? Como garantir a sucessão familiar diante dos numerosos filhos? Como evitar o colapso da colonização frente à expansão da população e um consequente êxodo rural dos filhos dos colonos?

Na visão do Pe Balduino Rambo S. J. (apud RABUSKE; RAMBO, 2004), na década de 1950, já havia 15.000 habitantes que estariam a transbordar pelos limites da colônia à procura de novas terras. Segundo ele, a Sociedade União Popular – *Volksverein*, não logrou tornar mais um Porto Novo realidade. Pelo fato de carecer de líderes capazes de conduzir a expansão desse modelo de colônia, e também, por não haver disponibilidade de terras apropriadas e munidas com títulos de propriedade seguras.

Conforme Jungblut (2000), na década de 1950, Itapiranga possuía 13.542 habitantes, distribuídos em cerca de 28.398 hectares que representavam a colonização Porto Novo. Conforme o mesmo autor, no ano de 1961 cerca de 84% da população de Itapiranga vivia no espaço rural, distribuídas em 1.864 propriedades rurais, das quais 46,6% tinham menos de 20 hectares. Num sistema produtivo bastante arcaico, onde era necessária uma vasta área de terra para o colono produzir para o sustento da família e ainda gerar um excedente para a comercialização, podemos compreender porque na década de 1960 a colonização passou a enfrentar sérias dificuldades de absorver a população em expansão.

Nesse sentido, quando grande parte da população jovem da colonização adentrava na maioridade, não havia disponibilidade de lotes rurais que pudessem absorver novas famílias de agricultores. A fronteira agrícola da colonização afetou o sistema de sucessão familiar do colono. Em depoimentos de colonos percebemos que a preocupação era oferecer terra para os filhos: “Naquela época a colônia era boa. Se você fosse um bom trabalhador todo o ano poderia comprar uma nova colônia de terra. E a opção era dar terra para os filhos porque

escola ninguém podia dar. Naquele tempo era terra, todos queriam dar terra para os filhos” (DEPOIMENTO DE COLONO ACERCA DA PRÁTICA DA HERANÇA FAMILIAR, 2006).

Podemos perceber no discurso acima, a preocupação em oferecer um futuro para os filhos. Para o colono o desejo era oferecer terra para os filhos, pois para se conseguir um bom casamento para os filhos, era necessário oferecer uma espécie de dote, estipulado em um lote de terra, pois como dizia o ditado popular da época: “pássaro em um galho seco não quero casar”.

Esta situação da posse da terra e sua importância para o casamento também pode ser percebida nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Conforme Tedesco, “o ideal, para casar, era ter terra; a imagem familiar se reproduzia na posse da terra e da casa. A terra era condição para ascensão econômica e para o nome da família” (TEDESCO, 1998, p. 50).

O problema da sucessão familiar nas famílias dos colonos alemães também foi abordado no estudo de Seyferth (1999), referente a região do Vale do Itajaí-Mirim, no estado de Santa Catarina. Naquela região, o problema dos limites da fronteira agrícola para que fosse possível a permanência dos filhos dos colonos na propriedade e na atividade agrícola, já foi sentido no final do século XIX. Conforme a autora, geralmente permaneceu na propriedade o filho mais novo, responsável por cuidar dos pais em idade debilitada. Os outros filhos, ou adquiriram lotes de terra distantes da propriedade dos pais, ou migraram em direção a novas áreas de colonização, principalmente no estado do Paraná.

Nas palavras de Woortmann (1994), não há nada de mais dramático para o colono alemão do que afetar a sua capacidade de sucessão familiar dentro dos padrões tradicionais, o que a autora chamou de *Keim*, ou seja, aquilo que o colono deixa como herança para as gerações futuras, ou aquele avô ou pai do grupo familiar que é lembrado no futuro como quem deixou uma herança material ou imaterial aos descendentes. Segundo a autora, na família camponesa terra era e é sinônimo de um bom casamento e de continuidade da linhagem familiar. Mesmo que o colono não pudesse oferecer terra aos seus filhos, mas havia a preocupação em deixar algo como herança, e isso variava em deixar uma poupança em dinheiro, oferecer condições de estudo ou até mesmo riquezas e bens materiais. A preocupação do colono alemão era ser lembrado pelas gerações futuras como alguém que trabalhou muito para deixar uma herança aos seus filhos e netos.

Não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Primeiro porque os laços familiares se formam perante a atividade econômica da família, ou seja, desde criança, os filhos são educados diante de pequenas tarefas na propriedade. As relações familiares entre pais e filhos se dão no exercício da atividade colonial. Podemos considerar que desde cedo as crianças aprendem a profissão de colono, no entanto, isso não significa necessariamente que no futuro eles seguirão nesta atividade.

Segundo porque, a herança e a sucessão familiar possuem traços peculiares na família dos colonos, onde a propriedade da terra e as atividades coloniais são a herança que os pais deixam para os filhos. Mais que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes: “a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio” (SILVESTRO, 2001, p. 27).

AS ALTERNATIVAS PARA A COLONIZAÇÃO

Depois de algumas décadas de colonização alemã no Sul do Brasil, começaram a surgir problemas inerentes a uma atividade agrícola que desrespeitava os limites do solo e a sua capacidade de produzir. Isso afetou diretamente as propriedades dos colonos, gerando a diminuição dos rendimentos e a migração de colonos em busca de novas colônias com terras férteis.

No entanto, temos que ter presente de que foram pensadas alternativas para a solução dos problemas que afligiam as colônias alemãs do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nesse sentido, os Congressos Católicos tiveram uma importância muito grande. Os Congressos Católicos, ou *Katholikentage*, eram eventos organizados por representantes da Igreja Católica no intuito de discutir com lideranças das colônias e membros da sociedade civil, as condições de vida nas colônias alemãs do Sul do Brasil.

A pauta dos problemas relativos às colônias, como o meio ambiente e a agricultura, eram temas constantemente abordados. Conforme Werle,

queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural eram temas recorrentes (WERLE, 2011, p. 140).

Na visão de Werle, para descrever métodos de trabalho considerados prejudiciais, empregava-se frequentemente o termo *Raubbau*, que em alemão representa um cultivo predador. O Padre Max Von Lassberg S.J., em discurso no Congresso Católico de 1905, mencionou que “as colônias não se esgotam sozinhas, mas sim são esgotadas, porque mantém métodos antigos” (LASSBERG, apud WERLE, 2011, p. 142).

O Padre Ambros Schupp S.J., é bem elucidativo em suas palavras para compreendermos a visão que se tinha da prática agrícola nas colônias alemãs no início do século XX:

Até poucos anos atrás não ocorrera aos colonos melhorarem a situação financeira por meio de um manejo metódico de suas terras. Assim como fizeram os primeiros, aprenderam os que seguiram e os descendentes continuaram a proceder da mesma forma, sem se preocupar que outras formas de agir pudessem ser mais proveitosas. Sempre a mesma maneira de cultivar a terra, as mesmas variedades de produtos, a mesma forma de lidar com a criação de animais, em resumo: passava-se o tempo todo no mesmo trilho da vaca, incapaz de fazê-lo progredir um palmo. Quando uma área de terra estava esgotada, procurava-se outra ainda não cultivada, sem tomar consciência de que era possível tornar a mesma terra novamente produtiva lançando mão de cuidados e métodos de manejo racionais. Explicam-se assim as constantes mudanças nos primeiros tempos. Uma família que hoje se fixava aqui, surgiria em outra parte amanhã (SCHUPP, 2004, p. 209).

No Congresso Católico realizado em Porto Novo, no ano de 1934, o tema da situação dos colonos também fora abordado através da palestra: “Como nós enfrentamos a miséria agrícola de nosso tempo?”, tendo como conferencista o professor de escola profissional, Leopold Raichter. O que transparece na abordagem do tema nos Congressos Católicos é uma crítica à ausência do Estado como incentivador de práticas agrícolas sustentáveis e de

melhores condições de mercado aos produtos comercializados pelos colonos. (ROHDE, 2011).

No entanto, apesar da preocupação dos palestrantes dos Congressos Católicos e dos padres jesuítas quanto à prática atrasada e predadora praticada pelos colonos em suas propriedades, os resultados efetivos e práticos na propriedade demoraram por acontecer, ou sequer aconteceram. Acreditamos que para o colono mudar sua prática agrícola, seria necessário desconstruir toda uma bagagem cultural herdada dos antepassados, pois a atividade colonial foi ensinada e aprendida pelos pais com seus filhos, no trabalho árduo do dia a dia, buscando gerar alimento para o grupo familiar e comercializar os excedentes visando o pagamento das terras e de empréstimos efetuados em agências de crédito.

Conforme o Padre Ambros Schupp S.J.:

O colono é um pequeno rei. Reina na sua propriedade com independência e sem limites. Ninguém manda nele. Ele o sabe e se orgulha disso e sente-se igual a todos os outros. Não permite que lhe façam prescrições no seu território e cada passo de alguém que causa alguma intromissão na propriedade irrita-o, da mesma forma como cada palavra em que julga descobrir a diminuição da sua pessoa e da sua propriedade. Por isso é sensível, facilmente se exalta e, quando for para valer, imediatamente recorre às expressões mais rudes (SCHUPP, 2004, p. 215).

As práticas agrícolas predatórias praticadas nas colônias alemãs mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram implantadas pelos colonos na colonização Porto Novo. Nesse espaço havia a necessidade do colono em promover a derrubada da mata, e praticar uma agricultura que gerasse o mais rápido possível rendimentos e alimentos, pois a situação da família do colono era precária, além das dívidas subtraídas na compra do lote serem volumosas. Conforme Jungblut,

Quando Porto Novo iniciou, os conhecimentos sobre a conservação eram mínimos e as práticas consistiam em: 1º) derrubar o mato; 2º) fazer a queimada, inclusive troncos e tocos; 3º) plantar e capinar o inço; 4º) colher e 5º) limpar o terreno pela capina, ou com arado, ou com nova roçada, incluindo novas queimadas.... E assim continuava o ciclo do uso e manejo predador da terra. Na mesma época, na Alemanha, os agricultores haviam aprendido a necessidade de misturar matéria orgânica à terra e todas as propriedades produziam enormes montes de composto orgânico. Inclusive o prestígio das famílias de agricultores era diretamente proporcional ao tamanho do monte de adubo orgânico (JUNGBLUT, 2000, p. 511).

A preocupação era produzir e retirar da terra a melhor colheita possível. O trabalho árduo despendido para derrubar a mata, preparar o terreno irregular, plantar e colher, justificativa a despreocupação do colono quanto ao futuro de sua propriedade. Ou seja, não havia o sentimento de que algum dia ocorreria o esgotamento dos solos, o objetivo era produzir ao máximo na colheita do ano.

Em depoimentos coletados com colonos acerca da atividade agrícola antes da implantação de um frigorífico na região, denominado de Safrita, ou seja, antes da década de 1960, podemos perceber que havia certa prosperidade conquistada à base de colheitas fartas:

Antes da Safrita era bonito. Naquela época a colônia era boa. Se você fosse um bom trabalhador todo o ano poderia comprar uma nova colônia de terra. Naquele tempo a colônia estava boa, não tínhamos despesas: plantava mandioca, as sementes de milho não precisava comprar. Se nós vendíamos porco e banha, comprava algumas

coisas na loja, para a cozinha (DEPOIMENTO DE COLONO, ACERVO DO AUTOR).

No entanto, acreditamos que esse modelo de agricultura praticado nas quatro primeiras décadas da colonização esgotou os solos, motivado principalmente pela prática da agricultura destituída de uma preocupação quanto a sustentabilidade do solo. Em depoimentos coletados para o estudo de Rambo (2007), podemos compreender, conforme as conclusões do próprio autor, de que a necessidade de derrubar a mata e esgotar o solo com as queimadas era condicionada a necessidade da colheita, ou seja, derrubava-se e queimava-se somente o necessário. No entanto, sabemos que para uma prática de agricultura extensiva, como a praticada pelos colonos antes da década de 1960, é necessário uma vasta área de terra. Ou seja, o necessário representava praticamente a totalidade da propriedade.

Todos deveriam ter cuidado mais, daí o solo não teria se perdido tanto. Muito desperdício e muita queimada. O A.R., você conhece, eles nos ridicularizavam e riam se nós espalhávamos a palhada na roça. Eles trilhavam soja, nem estavam bem prontos, quase queimavam a trilhadeira junto. Eu pensava que pena para isso que era queimado, a madeira. No início não tinha outra coisa a fazer, mas o resto, a palhada era tudo queimado e achavam engraçado (DEPOIMENTO DE COLONO, apud RAMBO, 2007, p. 155).

Sobre a conservação do solo percebe-se que na prática da agricultura tradicional a queimada era quase que uma necessidade, pois era o meio mais prático, rápido e eficiente para preparar o solo para a colheita seguinte.

Foi só uma pena que nós não tenhamos tido conhecimento para trabalhar esse solo, e ele ainda hoje estaria bom e onde eu morei eu logo comecei um pouco, quando já trabalhava por mim, a não queimar o solo, deixar a palha no solo [...] Esse foi um período que as pessoas não cuidavam, elas só queimavam, mas quando se fazia uma queimada ela tinha que ser forte, se queimava e ficava um tronco era pior do que não ter queimado nada, esse foi o erro, mas também não sabiam (DEPOIMENTO DE COLONO, apud RAMBO, 2007, p. 156).

A preocupação do colono no relato acima demonstra o desconhecimento quanto às práticas sustentáveis de manipulação do solo e dos recursos naturais das propriedades. Vale destacar também a ausência do Estado como incentivador e responsável pela formação técnica dos colonos para a prática da agricultura. Apesar dos incentivos à prática de uma agricultura sustentável discutida nos Congressos Católicos, os colonos de Porto Novo tiveram pouca instrução quanto à técnicas de manejo, conservação do solo e uma produção mais rentável em sua propriedade. Somente em 1962 foram realizados os primeiros treinamentos sobre conservação do solo, pela técnica de curvas de nível. O Estado de Santa Catarina somente se fez sentir nesse sentido, com a introdução da Acaresc, a partir da década de 1960.

Frente a esta situação de degradação ambiental e esgotamento do solo na colonização Porto Novo, iniciou-se na década de 1950 uma discussão quanto às alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da região frente às adversidades resultantes da prática da agricultura tradicional, destituída de uma preocupação quanto aos limites da fertilidade do solo e da consequente queda dos rendimentos gerados nas propriedades dos colonos. Buscou-se assim, alternativas para a propriedade agrícola, tanto no que tange a práticas sustentáveis de conservação do solo, quanto a modernização de atividades, como a suinocultura.

Houve a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico para a região de Itapiranga, que surgiu principalmente após a emancipação do município no ano de 1954, como será visto mais adiante. Outro segmento da sociedade que esboçou uma preocupação frente à situação das famílias dos colonos e das suas propriedades foram os padres jesuítas.

OS JESUÍTAS E A VISÃO DE MODERNIZAÇÃO

Os jesuítas tiveram atuação destacada no desenvolvimento de muitas das colônias alemãs no Sul do Brasil. No caso da colonização Porto Novo, esse destaque é ainda maior, pois foram os jesuítas que a projetaram. Os esforços despendidos pelos padres jesuítas nesse empreendimento foram em função do sucesso da colonização, pois representava uma questão fundamental perante a sociedade e os órgãos governamentais apresentar um pleno desenvolvimento do empreendimento colonizador, alicerçado nos ideais étnicos e confessionais.

Nesse sentido, os próprios jesuítas entendiam que era necessário repensar algumas situações da colônia, principalmente no que tange à situação decadente da agricultura praticada pelos colonos. O sucesso da colonização, e acima de tudo, a continuidade dos padrões idealizados na fundação da colônia, dependiam da modernização das práticas econômicas dos colonos, para melhorar as suas condições de vida e, acima de tudo, para evitar uma onda de migração dos jovens.

As experiências vivenciadas em colônias alemãs no Rio Grande do Sul serviram como um sinal de alerta para os padres jesuítas. O medo era de que houvesse uma nova onda de migração de colonos em busca de novas terras em outras fronteiras agrícolas do país, como ocorrera nas colônias alemãs mais antigas do Sul do Brasil. Isso representaria a possibilidade de falência do empreendimento colonizador Porto Novo.

Em depoimento de um colono acerca dos padres jesuítas e da visão de prosperidade e de trabalho que se idealizava, podemos perceber que havia uma intensão em se disseminar a ideia de que, somente a partir do trabalho árduo e da riqueza obtida em decorrência dele é que se estava apto a ser um cidadão honrado perante a sociedade regional:

[...] os padres também falaram isso, de amar o próximo, de amar a natureza, mas não tinham formação de como se poderia proteger a natureza, tinha faculdades, mas não a competência para dizer como lidar com a natureza. Diziam: - tirem o mato e plantem, plantem. Para os padres naquela época era assim, principalmente os padres jesuítas. O grande colono, que era rico ele era melhor visto que o pobre. Quando o pobre vinha, vai trabalhar preguiçoso! Isso os padres diziam muito, até na igreja eles diziam isso. Quem é pobre é por sua própria culpa! Vá capinar! Quando tinha as crianças brincando em casa no pátio, o padre dizia: - pega a vara e toca eles para a roça para capinar (DEPOIMENTO DE COLONO, apud RAMBO, 2007, p. 161).

Nessa conjuntura, teve atuação destacada na colonização a figura do Padre Oscar Puhl S.J.. Vindo a Itapiranga no ano de 1949, Padre Oscar Puhl S.J., manteve uma inquietação quanto à pobreza, à decadência das propriedades rurais e à falta de perspectivas para os moradores urbanos. O que mais lhe preocupava era o desconhecimento de causa da população local que aparentemente não estava percebendo a situação em que se encontrava.

O Padre Oscar Puhl S.J. foi um grande incentivador na busca da melhoria da estrutura e das condições de trabalho dos colonos nas propriedades. Conforme Jungblut, o Padre Oscar Puhl S.J.,

Reservou boa parte das suas andanças pelo interior para convencer os agricultores em introduzirem novas tecnologias nas lavouras, novas pastagens e, principalmente, novas raças suínas e bovinas. O povo falava em *Paterpuhlsschwein* – porcos padre-puhl, *Paterpuhlsgress* – capim padre-puhl, querendo referir-se ao porco da raça *landrace*, *duroc*, *large White*, introduzidos via escola agrícola e ainda o capim colômbio, distribuído pelo padre, tudo na década de 1960 (JUNGBLUT, 2000, p. 458).

A partir da década de 1950, principalmente através da iniciativa de lideranças locais, da emancipação do município de Itapiranga e do apoio dos padres jesuítas, iniciaram as discussões sobre alguns procedimentos a serem adotados para auxiliar os colonos em suas condições de estruturação da propriedade, formação técnica e expansão de mercado para a comercialização dos produtos. Esse debate surgiu principalmente pela conjuntura econômica implantada no Brasil no pós-guerra e pelo plano de desenvolvimento econômico elaborado por lideranças locais.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A IMPRENSA

O discurso da necessidade da modernização da agricultura e das condições de vida do colono em Itapiranga esteve evidente na imprensa regional nas décadas de 1950 e 1960. A impressão que temos é de que as lideranças do projeto de colonização Porto Novo e principalmente a sociedade urbana viam o colono numa condição de atraso, falta de conhecimento e higiene na propriedade rural.

E essa visão se tornou corriqueira nos meios de imprensa regional, em artigos e entrevistas que exaltavam a necessidade de se modernizar as técnicas de trabalho e de também melhorar as condições de vida na propriedade. Nos artigos referentes à modernização da prática agrícola, percebe-se o incentivo à utilização de produtos químicos.

Em artigo publicado num jornal local com o Dr João Albino Both, funcionário da Sociedade União Popular defensor do ruralismo, do cooperativismo e da cultura nas colônias alemãs do Sul do Brasil, percebemos a concepção que se arraigava em comparativo feito entre os colonos do Brasil em relação aos da Alemanha:

O que cai em vista, realmente, é que lá se trabalha. Constata-se, por outro lado, que o povo se encontra intelectualmente preparado para tanto [...] O cooperativismo é algo de extraordinário. O sistema de cooperativas de crédito, financiamento, produção e consumo funciona mesmo! Não é como aqui, entre nós, onde infelizmente o cooperativismo está tão desacreditado. Tais informações nos deixam perplexos em face do nosso sistema primário de produção. Temos que ter presente, antes de tudo, que a Alemanha conta com uma experiência de muitos séculos mais do que nós. E, apesar das guerras que a atingiram, levantou-se, graças a uma cultura já estabilizada e profundamente arraigada na raça. Antes de nos ser motivo de desânimo, seja-nos em exemplo de coragem e iniciativa. Com fé e esperança também chegaremos aonde eles já estão (JORNAL OESTE EM MARCHA, 31 DE MARÇO DE 1963, p. 02).

No artigo do Jornal Itapiranga em Marcha, o tema era o combate às moscas domésticas nas propriedades rurais. O texto apresenta diversas medidas a serem tomadas para combater essa praga que supostamente infestava a região. Dentre as medidas apresentadas, sugeriu-se a pulverização das paredes, janelas e partes internas das moradias com o inseticida conhecido como Mafu. Outra medida sugerida foi o tratamento do esterco com produtos químicos, como o Dipterex (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 31 DE DEZEMBRO DE 1962, p. 01).

Na criação de porcos também sugeriu-se a aplicação de produtos químicos como os superfosfatos para melhorar o manejo dos animais. Conforme o artigo do Jornal Itapiranga em Marcha a prática já vinha sendo desenvolvida em países da Europa, sendo o superfosfato um dos elementos de saúde e higiene dos suínos, diminuindo a incidência de canibalismo, apresentando-se os animais mais alegres (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 15 DE AGOSTO D3 1962, p. 06).

O MELHORAMENTO GENÉTICO NA CRIAÇÃO DE PORCOS

Nesse processo de reestruturação da agricultura regional, a atividade da suinocultura nos interessa para o momento, porque foi essa a principal matéria prima da agroindústria Safrita. Podemos afirmar que a suinocultura alavancou o processo de modernização da agricultura regional, pois desde a comercialização da banha até a venda de suínos vivos, a atividade representou e ainda representa importante atividade de valor econômico nas propriedades rurais da região.

Desde o início da colonização, a suinocultura foi praticada pelos colonos em suas propriedades. A comercialização da banha foi um dos primeiros produtos de valor comercial que poderiam ser produzidos na propriedade, e por isso, os porcos eram engordados para que produzissem a maior quantidade possível de banha, não interessando num primeiro momento, a qualidade da carne.

A raça dos porcos criados pelos colonos eram os populares porcos de pelos pretos – *Speckschwein*. Esses porcos eram tratados a base de lavagem – *Saufes* – que consistia numa mistura de restos de alimentos com água fervidos num tacho, sendo geralmente a água usada para lavar a louça na cozinha adicionada a esse cozido. Completava a alimentação dos porcos o pasto verde, o milho em espiga, a mandioca e a batata. Os porcos eram criados em chiqueiros rudimentares, com o mínimo de higiene, sendo o esterco produzido muitas vezes solto para os riachos e açudes, sem nenhuma preocupação quanto à poluição.

Os suínos propícios para a produção de banha eram resistentes a doenças, mas acumulavam deficiências genéticas de incestuosidade. Na maioria das vezes, o suíno era abatido na propriedade quando não podia mais ficar em pé por excesso de peso. Conforme Jungblut (2000), no ano de 1962 o suíno era responsável por 73% da renda das famílias.

Em estimativas de Rohde (2011), no ano de 1949, foram comercializados em torno de 40.000 quilos de banha na colônia Porto Novo. A carne, sem valor comercial para a época, era usada para o consumo familiar, e como não tinha energia elétrica na maioria das residências, ela era conservada nos latões de banha. Tratava-se de uma alimentação bastante gordurosa

para a família do colono, mas era uma necessidade, pois a dieta das famílias exigia muita comida para compensar o trabalho árduo da roça.

No final da década de 1950, iniciou-se a venda de suínos vivos, principalmente para os abatedouros de São Paulo e Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul. Essa mudança trouxe maior dinâmica para a atividade da suinocultura, pois agregou valor ao suíno, pelo fato de ser comercializado vivo.

De 1965 e década de 1970 ajudei meu sogro a levar porco para São Paulo. O colono que tinha dez porcos gordos era um bom criador. A gente recolhia os porcos nos colono e deixava no chiqueiro aqui em São João, quando tinha a quantidade suficiente para uma carga de caminhão a gente levava até Palmas-PR, lá passava a noite e depois seguia até São Paulo. Meu sogro trazia açúcar, farinha e outras coisas de São Paulo e isso já servia como forma de pagamento para o colono. Apesar de todo esse sofrimento meu sogro ainda fazia dinheiro (DEPOIMENTO DE TRANSPORTADOR DE SUÍNOS, 2008).

Com a intensificação da comercialização para os abatedouros de São Paulo, houve a necessidade de substituir os suínos do tipo banha por suínos com melhor aceitação no mercado consumidor. No ano de 1962, sob coordenação do Padre Oscar Puhl, foi implantado um posto de suinocultura em Itapiranga, onde foram introduzidos reprodutores *Duroc-Jersey*, *Landrace* e *Largewhite*. Esse posto de suinocultura introduziu um suíno de melhor qualidade genética nas propriedades, pois os frigoríficos a partir da década de 1960, passaram a pagar menos pelos porcos com mais de 100 quilos, pois estes tinham um alto teor de gordura. Os chamados porcos brancos passaram a ter mais valor que os porcos mistos, vermelhos e pretos.

Conforme Jungblut,

A Acaresc insistia na substituição dos chiqueiros arcaicos por modelos tecnicamente projetados, Estes foram construídos tendo uma parte sob o telhado e outra exposta ao tempo, além de introduzir a água encanada, o confinamento, o trato à vontade. Os criadores de porcos começaram a tratar ração preparada grosseiramente com porções de concentrado (comprada), misturados com milho triturado. O tempo de engorda diminuiu de 14 meses para sete a oito meses. A ração comprada (anos 1980), mais balanceada, contribuiu para diminuir o tempo de engorda para seis meses (JUNGBLUT, 2000, p. 435).

É preciso destacar que a introdução de novas raças de suínos causou um impacto nas relações de produção na colônia, bem como nas relações comerciais entre colonos, comerciantes e indústria. A modernização da suinocultura representou a quebra dos primeiros paradigmas da agricultura tradicional, pois era necessário mudar as práticas da propriedade, modernizar as instalações dos chiqueiros, investir em alimentos balanceados para os suínos. Todas essas mudanças foram ocorrendo lentamente na região com certa resistência de alguns produtores.

O artigo do jornal Itapiranga em Marcha de 1960, intitulado de Schweinezucht, repassava aos agricultores instruções de como lidar com os suínos em termos de higiene no chiqueiro - schweineziehen, cuidados com as criadeiras e os leitões recém nascidos, abordando questão de trato como da necessidade de ter na ração cálcio, vitaminas e antibióticos, informando também do peso ideal para comercialização dos suínos. Além disso, alertava que o excesso de peso superior a 120 quilos torna o custo de produção muito alto

além de desvalorizar o suíno no momento da comercialização (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 31 DE AGOSTO DE 1960, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo era o de contextualizar o processo de crise enfrentado pela colônia Porto Novo após três décadas de colonização. Sustentada pela agricultura familiar, a colonização após um período de expansão produtiva sustentada por questões naturais de fertilidade do solo e aumento da área produzida, passou a enfrentar dificuldades a partir da década de 1950. Nesse cenário destacamos a questão ambiental, a sucessão familiar e as técnicas produtivas como cerne do processo de mudança ocorrido no período.

No aspecto da questão ambiental, após três décadas de atividade agrícola expansiva e predatória, a preocupação quanto à conservação do meio ambiente não era foco de discussão no momento. Essa preocupação não era generalizada entre os colonos, o que nos é comprovado nos depoimentos de história oral. No entanto, temos de destacar que os problemas ambientais causados após três décadas de colonização foram determinantes para a eclosão de um sentimento de preocupação quanto ao futuro da colônia, principalmente no quesito de produtividade da lavoura. Surgiram dessa realidade as primeiras iniciativas de manejo e adubação do solo.

Em termos de sucessão familiar na propriedade agrícola, vimos que este processo era muito valorizado nas famílias de agricultores. Com a crise do sistema colonial, principalmente devido aos limites das fronteiras agrícolas da colônia, tornou-se deficitária a possibilidade de os filhos dos colonos seguir na atividade dentro da própria colônia. Devido aos lotes agrícolas serem de pequeno porte, a divisão de terras entre os numerosos filhos tornou-se um problema, o que estimulou a migração para outras regiões e também incitou os debates quanto à necessidade de se criar novas perspectivas econômicas para as gerações vindouras.

O cenário da colônia na década de 1950 também estimulou a discussão quanto à modernização das atividades agrícolas. Esse discurso modernizador foi decorrente principalmente do processo de modernização da agricultura ocorrida em nível de Brasil, estimulado pela chamada revolução verde. Localmente, foram a imprensa e os padres jesuítas que estimulavam os agricultores a modernizar a sua propriedade e adotar novas técnicas de produção, o que popularizou o diagnóstico de um aparente atraso da agricultura regional e estimulou a modernização das propriedades agrícolas.

Concluindo, podemos afirmar que a crise do sistema colonial detectado na década de 1950 na colonização Porto Novo gerou uma nova conjuntura socioeconômica. Decorridas três décadas de fundação, a colônia Porto Novo encontrava-se no dilema característico das colonizações alemãs do Sul do Brasil, ocasionando a discussão quanto ao futuro das gerações vindouras, a necessidade de aprimoramento das práticas agrícolas, da agressão ao meio ambiente e migração do excedente populacional destituído de possibilidades profissionais e econômicas.

As mudanças conjunturais que ocorreram a partir da década de 1950 estão inseridos num processo mais amplo de modernização da agricultura em nível de Brasil. Nesse período foram introduzidos no campo novos padrões de produção visando o aumento da produtividade

para o abastecimento do mercado consumidor em expansão, bem como, estimular a implantação de equipamentos e de produtos químicos no manejo agrícola diante do setor industrial em expansão no período. Portanto, consideramos que o discurso da crise conjuntural da colônia Porto Novo foi, além da constatação da realidade local, um discurso introduzido e fomentado pelo capitalismo sendo estimulado no Brasil, onde foi disseminada a noção de atraso da economia nacional visando a sua modernização.

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: DA SILVA, Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

EIDT, Paulino. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. **Combate às moscas domésticas nas propriedades rurais**. Itapiranga, n. 84, p. 01, 31 dez. 1962.

JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. **Schweinezucht**. Itapiranga, n. 28, p. 6, 31 ago. 1960.

JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. **Superfosfatos para porcos**. Itapiranga, n. 75, p. 06, 15 ago. 1962.

JORNAL OESTE EM MARCHA. **Cultura e técnica que nos servem de exemplo**. Itapiranga, p. 02, 31 mar. 1963.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris, 2000.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

RABUSKE, Pe. Ambros; RAMBO, Arthur. **Pe João Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMBO, Lorival Inácio. **Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem-natureza**. Chapecó, SC: Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária de Chapecó, 2007. (Mimeo).

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROHDE, Maria W. **Espírito pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. Tese de doutoramento apresentado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. 1998. (Mimeo).

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-130.

Artigo recebido em: 07/03/2014

Artigo aprovado em: 07/04/2014